

Carta da Comissária Europeia da Concorrência ao Governo

Aumentos de capital na Sata são ajudas ilegais

A Comissão Europeia considera, nesta fase, que os aumentos de capital aprovados pelo Governo Regional dos Açores na Sata constituem uma ajuda de Estado ilegal, o que fundamentou a abertura de um processo de investigação aos apoios dados à companhia aérea açoriana desde 2017.

Esta avaliação, ainda preliminar, consta da carta enviada às autoridades portuguesas pela Vice-presidente Margrethe Vestager, que tem o pelouro da Concorrência e que acompanha a autorização dada Bruxelas a um apoio adicional de emergência, no valor de 113 milhões de euros à Sata.

Nesta carta, dirigida ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, a Comissão Europeia invoca três aumentos de capital aprovados entre 2017 e 2020 e que não foram notificados a Bruxelas, no quadro do regime de ajudas de Estado.

Se a investigação confirmar esta conclusão preliminar, o apoio dado pelo Governo açoriano constitui uma ajuda ou resgate ilegal, dada a situação difícil em que a companhia aérea estava em 2017, com capital próprio negativo, e devido a problemas estruturais e que não são atribuíveis à Covid-19.

Neste cenário, e para além da devolução da ajuda, pode estar em causa a regra europeia que permite a atribuição de ajudas de Estado a companhias aéreas — como os 113 milhões de euros agora aprovados — apenas no caso de as empresas não terem recebido qualquer apoio nos últimos dez anos.

A Comissão reconhece o carácter periférico dos Açores, as obrigações de serviço público prestadas pela Sata e a necessidade de assegurar a conectividade da Região, bem como a insuficiência



atual de ofertas concorrentes nos voos para a região e entre ilhas.

Permite por isso avançar com o apoio de emergência, enquanto corre a investigação às ajudas dadas no passado.

Em causa estão três aumentos de capital aprovados pelo acionista único da Sata, o Governo açoriano, entre 2017 e 2020, no valor total de 128,6 milhões de euros.

Deste montante, foram realizados até agora 72,6 milhões de euros (o resto seria entregue até 2023).

Estas operações foram justificadas com a necessidade de a empresa cumprir o artigo 35 do código das sociedades comerciais, segundo o qual os prejuízos acumulados não podem “comer” mais de metade do capital social da empresa (uma situação que é classificada como de falência técnica e que existe por exemplo há vários anos na TAP).

Portugal argumenta que não são ajudas de Estado — não tendo sido notificadas como tal à Comissão Europeia — porque o Governo Regional actuou como um investidor privado em condições normais de mercado numa intervenção estrutural que tem como perspectiva o retorno a longo prazo do capital investido.

Além de que uma eventual situação de incumprimento dos compromissos da Sata teria tido um impacto financeiro maior e os fundos são suportados pelo orçamento regional.

É ainda assinalada a circunstância específica de uma companhia regional que presta um serviço público fundamental de transporte da população local e da comunidades açorianas no estrangeiro numa região ultraperiférica e que não poderia ser colmatada por concorrentes privados.

Ou seja, a Sata cumpre obrigações de serviço público, para além de assegurar serviços de interesse geral.

O Governo vai ter agora que explicar o porquê dos aumentos de capital, sem serem ajudas de Estado, sendo que a Comissão Europeia não refere um outro acto que também poderá ser ainda mais grave, que foi a atribuição de um aval do Governo regional para um empréstimo obrigacionista da Sata no valor de 75 milhões de euros.

SATA responde a Artur Lima

A Administração do Grupo SATA respondeu ao líder do CDS-PP dos Açores, Artur Lima, a propósito da ligação aérea entre a Ilha Terceira e Boston.

Segundo os administradores da SATA, a comunicação em causa “utiliza comparações totalmente descabidas, desproporcionadas e profundamente desconhecedoras da realidade que o mundo inteiro está a viver. Tudo isto, a SATA rejeita veementemente”.

De acordo com um comunicado da SATA, a ligação Terceira / Boston “é uma rota importante para os Açorianos, para os Terceirenses e para a SATA, que em tempos normais, trará valor para todos”.

“Acontece, que em função das circunstâncias que infelizmente todos vivemos com a pandemia, as taxas de ocupação, em geral e desta rota, em particular, baixaram dramaticamente. Em julho a taxa de ocupação média nesta rota foi de 21% e em agosto até à data baixou ainda mais para 17%”, esclarece SATA, acrescentando que, “seria um indicador de gestão irresponsável se a SATA ignorasse esta infeliz realidade. Assim, a companhia aérea Azores Airlines vê-se obrigada a suspender temporariamente esta ligação. Enquanto se trabalham medidas de racionalização para continuar a enfrentar a pandemia,

a companhia encontra-se activamente a trabalhar com os agentes nos Açores, na Terceira e na América do Norte e Canadá para retomar o mais rapidamente possível, não apenas a rota Terceira – Boston bem como outras, que mostram potencial de desenvolvimento sustentável”.

Marta Guerreiro: “Abandono da Ryanair é mera especulação”

A Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo disse que o cancelamento de rotas da Ryanair para os Açores é “mera especulação”, reagindo à possibilidade de a companhia aérea abandonar as ligações para a Terceira.

Marta Guerreiro assinalou que a Ryanair “apenas” comunicou ao Governo Regional um “acerto” no “número de voos” em algumas rotas nos meses de Setembro e Outubro: “Apenas isso foi nos dado nota. Não temos indicações nenhuma de mais nada. Tudo o resto é mera especulação”, declarou.

A governante falava à margem da apresentação de um projecto para a qualificação do parapente nos Açores, que decorreu na Lagoa das Sete Cidades, em Ponta Delgada.

Nas últimas semanas tem sido ve-



culada a possibilidade de a Ryanair deixar de voar para a ilha Terceira, onde actualmente é a única companhia área de baixo custo a operar, tendo ligações durante todo o ano a Lisboa e Porto e voos sazonais para Londres.

A companhia aérea cancelou várias ligações programadas em Setembro e outubro da Terceira para Porto e Lisboa e na página da internet não é possível marcar voos a partir de Janeiro de 2021.

Sobre a operação turística de Verão nos Açores, a Secretária Regional disse ser “difícil” falar em “satisfação” num contexto de pandemia da Covid-19, mas realçou que o turismo interno no arquipélago tem feito a “diferença” sobretudo nas “ilhas de menor dimensão”.

“É difícil num ano como este falar em satisfação. Acho que nós temos vindo a gerir da melhor maneira o contexto com o qual somos confrontados e dentro deste contexto eu acho que o que nos pode dar alguma satisfação é a resposta interna”, afirmou.

Sobre o cancelamento da edição 2020 do Azores Rallye, Marta Guerreiro disse que compreender a decisão, porque “estão em causa questões de segurança e saúde pública”.

O Azores Rallye, prova pontuável para o Campeonato Europeu de Ralis (ERC), marcado para Setembro, em São Miguel, foi cancelado devido à “falta de meios” para garantir a ausência de público devido à Covid-19, confirmou a organização na Segunda-feira.